

1  
9  
6  
2

# II SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA



FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

# ANAIS

## TINGUÁ: UMA EXPERIÊNCIA DE COLONIZAÇÃO ORIENTADA

MARCELLO IPANEMA MOREIRA (\*)

### I — HISTÓRICO

É de antes de 1930, a idéia do reaproveitamento das terras da Baixada Fluminense através de colonização orientada. Não poucos foram os pronunciamentos em órgãos especializados e, mesmo, na imprensa periódica, no sentido de se fazer a exploração da terra à base do minifúndio, orientada e dirigida através de órgãos do Governo.

Adestrou-se êste, com a criação da Divisão de Terras e Colonização (DTC), do Ministério da Agricultura. Não foi tal repartição, nem de fato, tão pouco de direito, a norteadora, no território nacional, do uso da terra nem da colonização. Seus objetivos eram mais modestos: destinava-se à criação, planejamento e administração de colônias agrícolas próximas aos grandes centros consumidores. Embora limitada a área de ação da DTC e de seu sucessor, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), rasgou aquela horizontes novos no capítulo relativo ao uso da terra, e o trabalho de ambos os órgãos permite já, aos observadores, o manêjo de material apreciável para estudos. Lamentável é que a maior parte da documentação não nos revele o desenvolver total da vida dos seres humanos nestas colônias. Ao que nos consta, não foram feitas pesquisas sociais, econômico-financeiras, culturais, etc., nas mesmas. Sobram estatísticas, processos administrativos, orçamentos verbas de valor, é verdade, porém que nem sempre nos permitem ver o comportamento do ser humano.

Dando curso às suas funções, a Divisão de Terras e Colonização, na década de 30-40 criou as primeiras colônias agrícolas na Baixada Fluminense: Tinguá, S. Bento e Santa Cruz. Objetivava o órgão criador, com êstes ensaios, a obtenção dos chamados produtos horti-granjeiros.

A criação do INIC, esboçou-se a tendência de emancipação dos Núcleos.

A empreza de criação de uma colônia agrícola é, naturalmente,

---

(\*) Professor da Faculdade Nacional de Filosofia.

trabalho vultoso e complexo. Temos a certeza de que o Governo, através do órgão encarregado de pôr em execução tão significativo ensaio, possuía, em seu corpo de funcionários, elementos capazes do planejamento total do projeto. Como normalmente acontece não andaram juntos o ideal com a realidade.

Santa Cruz tornou-se colônia porque já era terra do Governo; igualmente, S. Bento. Tinguá foi formada com a desapropriação de terras de várias fazendas da região.

Admitimos que o ponto de vista técnico não tivesse predominado para a escolha das áreas onde localizar as colônias. Todas as regiões escolhidas são passíveis de crítica. Atenhâmo-nos, porém, a Tinguá.

## II — O NÚCLEO COLONIAL TINGUÁ

### 1 — Antecedentes

Tinguá, antes de ser transformada em colônia agrícola orientada e administrada pela DTC, era uma região onde predominavam grandes fazendas. Fazia e faz parte dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. O vilarejo Tinguá é antigo: suas origens talvez remontem ao século XVI. Beneficiou-se em razão do caminho que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, aproveitando o rio Iguaçu, navegável, como primeira etapa dessa ligação.

Passava o rio Iguaçu por terras da fazenda dos monges beneditinos — São Bento — no atual município de Duque de Caxias.

Ainda existem restos empedrados da velha estrada que subia a serra de Iguaçu (no Estado do Rio de Janeiro) até Minas. Restos também do pôrto em alvenaria, da antiga vila — Iguaçu — hoje desaparecida, às margens do rio.

Foi sempre a região, do que pudemos apurar, zona de plantio — não só a baixada, mas também a parte montanhosa. Hoje, restos dessas lavouras são encontrados na serra, já completamente em mata e constituindo reserva florestal protetora dos mananciais que reforçam o abastecimento d'água da cidade do Rio de Janeiro.

Do rio Iguaçu a Tinguá, no sopé da serra, medeiam, mais ou menos, seis a oito quilômetros. É uma baixada crivada de meias laranjas, todavia com largos trechos de zonas planas. A baixada é fechada pelo pico do Tinguá que forma, com o corpo da serra, uma meia lua. É suave o declive da montanha.

### 2 — Localização da Colônia

A região escolhida, para o estabelecimento da colônia, foi o sopé da serra, até uma altitude de 500 metros. Desprezou-se a baixada. 95% ou mais das glebas que compoem o Núcleo de Tinguá são em partes elevadas. Tal localização dificulta, extraordinariamente, as finalidades desejadas da colonização — cultivo de produtos horti-

-granjeiros: os entraves da topografia que impedem o uso de máquinas num relêvo elevado e intercalado, abundantemente, de matações de granito. Corre na região que Tinguá é rico em água, mato e pedra...

Some-se a esta significativa dificuldade, o fato de que a Divisão de Terras e Colonização acolheu e acomodou, em seu planejamento, antigos colonos e meeiros dos fazendeiros desapropriados. Entendemos que seu papel disciplinador com relação a esses antigos usuários da terra prejudicou sua orientação renovadora.

Por outro lado, entendemos ter sido muito difícil proceder de outro modo.

Apesar de todos esses elementos negativos, foi criado, por decreto n.º 2496, de 14 de março de 1938, o Núcleo Colonial Tinguá.

### 3 — Divisão da Terra

A colônia foi constituída com 3105 hectares que corresponderam a 253 lotes de, mais ou menos, 150.000m<sup>2</sup> cada.

Todos os lotes, exceto pouquíssimos, têm acesso a estradas que foram abertas ou refeitas pela DTC.

O problema de abastecimento d'água praticamente não existe, porque sobram córregos e nascentes.

No antigo vilarejo foi instalada, em prédios especialmente construídos, a Direção do Núcleo, com serviço administrativo, gabinete médico e dentário, escola primária típica rural, fábrica de farinha, garagem e oficinas para veículos, clube, casas para agrônomos e outros funcionários. Igualmente separou-se e fez-se funcionar — o melhor em topografia e solo — um lote experimental. Um corpo numeroso de funcionários foi pôsto a operar na colônia.

Etapa vencida foi a demarcação, apenas, dos lotes para a conseqüente entrega, aos novos pretendentes de terras, dos que sobraram aos ocupantes antigos — tarefa que se prolongou mais de um decênio.

Os colonos estavam obrigados ao pagamento de uma quantia calculada à base de Cr\$ 0,10 o metro quadrado, no prazo de carência de três anos.

Diga-se que, apesar das dificuldades, a emprêza, em seus primeiros anos, foi levada com entusiasmo e espírito de ação que contagiou, mesmo, aos mais céticos. A administração local, agindo paternalmente, fornecia, a princípio gratuitamente, sementes, adubos, assistência médica e dentária, além da construção da casa de moradia para o colono (apenas raros casos), pagável em parcelas, manutenção das estradas, serviço de transporte de carga (no início, gratuitamente, depois pago) e abertura de locais para escoamento da produção.

Nos primeiros tempos da colônia, esmeraram-se as autoridades locais e da Divisão, na execução do que fôra planejado, sobretudo — e principalmente — em manter um clima de produção. Esse clima de produção, pela maneira como foi entendido, gerou um terror pânico entre os lavradores — produzir qualquer coisa para não perder o lote. Pelos anos seguintes a 1952, constatamos, ainda, tal mentalidade.

#### 4 — O recrutamento do colono novo e o funcionamento do Núcleo.

Pela legislação então vigente, exigia-se do candidato novo, entre outras coisas, que não fosse proprietário, que tivesse capacidade financeira e plano de trabalho. Não se lhe exigia prova de que soubesse usar a terra.

Apesar da exigência de tais requisitos, funcionaram, com pleno sucesso, os critérios de influência política e de numerosidade da prole.

Os colonos antigos, confirmados em áreas menores, continuaram a exploração da terra pelos mesmos processos rotineiros com que vinham fazendo, aliás com experiência superior aos adventícios, embora fosse mingüada sua produção. Os colonos novos, apesar do prazo de três anos que a lei lhes facultava para iniciar o pagamento da terra, nela se instalavam em choupanas, preferindo, normalmente, os lotes com matas. Tal desejo se justificava porque não foi devidamente coordenada a colonização com estabelecimentos bancários que fizessem a cobertura financiadora da emprêza. Daí, a procura de lotes ainda com revestimento vegetal para extração de madeira que manteria, de imediato, o lavrador e sua família. Pelo processo de queima, limpava-se a terra e o cultivo, pelo mesmo processo da era da enxada. As plantas, as mesmas: milho, aipim, batata, inhame, banana e, às vezes, laranja.

O colono não foi instruído para obter uma lavoura, de exportação. Seu pensamento era fazer um quintal de ajuda. Tudo realizado pelo lavrador sem disciplina e orientação. Falharam técnicos e colonos neste capítulo. Terminada a madeira e insuficiente a produção, dois rumos se apresentavam ao rurícola: conseguir comprador para as suas “benfeitorias” ou mourejar no lote, excusamente auxiliado por serviços prestados em outros lotes ou afazêres. A consequência foi a contínua transferência de lotes.

Igualmente viciadas pela tradição e desorientadas foram as poses seguintes. Em, pelo menos, 70% dos lotes, no período de vinte e quatro anos da existência do Núcleo, três, no mínimo, têm sido os concessionários.

Não foi, igualmente, duradouro um esboço de diversificação de culturas, nos primeiros anos da vida da colônia, como a introdução da cria de aves e animais de pequeno porte. A região, aliás, pela sua to-

pografia, presta-se mais a estas últimas explorações, as quais, todavia, exigem maiores investimentos e capacitação do colono.

Os frutos da colheita, conforme fosse o produto e a quantidade, eram vendidos nos armazéns locais — caso do milho, arroz, farinha. Frutas, aos “atravessadores” ou diretamente aos barqueiros dos antigos mercados da Praça 15 e Madureira, bem como em uma feira no Rio de Janeiro, exclusiva dos lavradores desta e de outras colônias.

Quer este caso da venda pelo próprio colono (oneroso, pelo tempo gasto: dois dias e uma noite) ou aos intermediários, preço baixo, etc., levaram alguns lavradores e a administração a tentar a prática do cooperativismo. A incultura dos primeiros levou ao descrédito o sistema. O insucesso foi o coroamento sistemático de empreendimentos idênticos posteriores.

### III — CONCLUSÕES

A análise que fizemos sobre as origens e desenvolvimento do Núcleo Colonial Tinguá, colonizado quase que totalmente por brasileiros, através da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, transformada, em 1953, em órgão mais amplo, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, permite-nos chegar a algumas conclusões.

1 — Que foi possível ao Governo, apesar dos tropeços e dificuldades, iniciar o processo de renovação do aproveitamento da terra. Tal iniciativa estimulou a ampliação em outras regiões do país e reanimou a colonização estrangeira cujas origens remontam à época da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Julgamos extremamente valiosa para estudo, apesar de seu escasso êxito.

2 — Que a terra escolhida é que deve imprimir os tipos de exploração. Pecou a administração governamental em não ter aplicado, na região ora examinada, a orientação técnica necessária, o que concorreu para que a idéia tão desejada desse vitória à rotina, levando a iniciativa ao descrédito. Reputamos o aproveitamento inadequado de maior parte das terras do Núcleo como uma das razões do seu insucesso.

3 — Que o recrutamento dos colonos nos moldes em que foi feito — aceitação dos que estavam; pobreza e família numerosa para os novos — sem um adestramento prévio, antes da posse da terra e, posteriormente, sem assistência técnica e orientação continuada da exploração da terra foram também razões das sucessivas transferências de lotes.

4 — Que a falta de coordenação da Direção executiva com os organismos de crédito deixaram sempre os colonos na contingência de explorar a mata para sobrevivência nos primeiros anos do Núcleo e a não produzirem no grau desejado.

5 — Que o sistema de comercialização dos produtos nos moldes em que foi feito — através de intermediários, feiras e cooperativas — não satisfizesse aos lavradores ou por se sentirem lesados em seu desejo de melhores preços ou porque isso lhes roubava tempo ao trabalho ou ainda por a mecânica complicada do sistema cooperativo não lhes ser familiar.

6 — Que deformou e viciou a iniciativa, o cunho prejudicialmente paternalista da empreza no início, com o fornecimento gratuito de serviços, sementes, transportes, etc. Tal proteção anti-econômica gerou no espírito dos colonos a idéia de que recebiam os favores por direito e lhes dava noção falsa sobre o custo real de seus produtos. Nos primeiros anos de vida da colônia, o sucesso pareceu total, todavia quando começaram a diminuir os favores, diminuiu, paralelamente, o êxito.

7 — Que a paralização repentina dos serviços governamentais, por razões insubsistentes — emancipação sem maturidade da colônia — com a ausência de préstimos até o abandono total das estradas, fez crescer a onda de desânimo e tornar quase nulo o trabalho empreendido.

#### TINGUÁ: AN EXPERIMENT IN OFFICIAL COLONIZATION

##### S U M M A R Y

The idea of exploiting the areas of land of the Baixada Fluminense by means of official colonization appeared in 1930.

The Department of Land and Colonization of the Ministry of Agriculture was created with the purpose of settling and administering agrarian colonies near the large consumer markets. The first colonies Tinguá, S. Bento and Sta. Cruz were founded in the decade of 1930-40.

Tinguá is a small old village whose origin goes back to the XVI century. The colony was set at the bottom of the mountain, about 500 meter high in an irregular area of ground scattered with rock formations which made the cultivation of horticultural products and livestock difficult. The colony was formed by land legally expropriated from farms, in an area of 3.105 ha. divided into 253 lots. The headquarters of the nucleus was installed in the old village as well as administrative services, medical and dentist consulting, offices. The nucleus of Tinguá was colonized almost entirely by Brazilians, in the most part colonists and meeiros from the expropriated farms. At the beginning this enterprise was enthusiastically run and reached a certain prosperity but finally failed due to its patronizing feature — free work, seeds, transport, etc. This official support created among the colonists the idea of being entitled to such favours as well as giving them a wrong notion about the real cost of the products.

Thus when the official support lessened the nucleus fell into routine and became stagnant, no longer rewarding the effort to maintain it.

The failure of this enterprise — colonization with native elements — favoured foreign colonization in other regions of the country.

### INTERVENÇÕES

#### Do Prof. Nilo Garcia:

Após enaltecer o valor da comunicação, sem dúvida, capaz de permitir melhor compreensão dos problemas de ocupação humana da Baixada Fluminense, solicitou ao Autor: os primeiros lotes cedidos no Tinguá, tal como ocorreu em outros pontos da Baixada, não se constituíram em privilégio de políticos e indivíduos abastados, em detrimento de verdadeiros colonos?

#### Do Prof. Jorge Calmon:

Tendo em vista que o Autor menciona a experiência como baseada no “minifúndio”, e, adiante, informa ter o lote as dimensões de 150.000m<sup>2</sup>, seria interessante que expendesse a sua conceituação de “minifúndio” e “pequena propriedade”.

#### Do Prof. Francisco M. Carrión:

1 — Situação em que ficaram os colonos antigos, isto é, se sua situação piorou ou melhorou e porque?

2 — Situação atual da colônia.

### RESPOSTAS DO PROF. MARCELLO IPANEMA MOREIRA

#### Ao Prof. Nilo Garcia:

O caso da Baixada Fluminense foi predominantemente político. Influíram ali critérios políticos e em segundo lugar o da família mais ou menos numerosa. Quanto a segunda concessão, ou seja a transferência dos primeiros proprietários, foi um meio de aumentar o número daqueles que não tinham o menor interesse na lavoura e só se interessavam pelo lote para valorizar o capital através da terra altamente valorizável, na Baixada Fluminense, ou para seus fins de semana.

#### Ao Prof. Jorge Calmon:

Entendeu a Divisão de Terras e Colonização, ao planejar os núcleos coloniais que três alqueires eram suficientes para uma família se manter, explorar e ganhar dinheiro à base desta propriedade de

150 mil metros quadrados. Quanto ao minifúndio e pequena propriedade evidentemente há uma diferença muito grande. O que entendendo por pequena propriedade pode não estar perfeitamente de acordo com o pensamento do Governo, mas êle achou por bem naquela oportunidade que com essa extensão de terra uma família se manteria plenamente e mesmo com capacidade para pequenas reservas, com o seu trabalho agrícola.

**Ao Prof. Francisco M. Carrión:**

O Prof. Carrión indaga se os antigos colonos foram prejudicados. De certa maneira sim porque o Governo estabeleceu o limite de 150 mil metros quadrados, muitos colonos tiveram restringidas a sua área de propriedade, o que causou certos atritos no começo do funcionamento do Núcleo.

O principal elemento que provocou o insucesso na colônia Tingua foi a ausência da colonização realmente dirigida, porque não é só estabelecer administração, mas orientar o lavrador que não tem capacidade para usar certos elementos técnicos e, por outro lado, a falta de conexão de organismos financiadores com o plano de desenvolvimento técnico de aproveitamento da terra. Quanto ao resultado da colônia, posso afirmar que está desaparecida e liquidada.